



SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação	2
2. Forma de contratação	7
3. Requisitos do fornecedor	9
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	11
5. Modelo de gestão	11
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	12
7. Obrigações da Contratada	12
8. Regime de execução	15
9. Condições de recebimento do objeto	16
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual	17
11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR	17
12. Forma de pagamento	18
13. Condições de reajuste	18
14. Garantia contratual	18
15. Plano de contratações	19
16. Responsável pela elaboração do Termo de Referência	19
ANEXO I	21
1. Especificações técnicas do objeto	21
2. Critérios e práticas de sustentabilidade	21
ANEXO II	22
1. Valor estimado da contratação	22
ANEXO III	23
1. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR	23
2. TABELA DE GRAVIDADE DE CHAMADOS DE SUPORTE E GLOSAS	24





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

TERMO DE REFERÊNCIA - (PRDSTI/COSTIC)**1. Objeto da contratação****1.1. Definição do objeto**

1.1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico SAP Enterprise Support com cobertura remota 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7), com garantia de updates e upgrades para o software servidor SAP Business Objects, com licenciamento por núcleo e sem limitação de usuários, pelo período de 24 meses, prorrogáveis, conforme as condições, quantidades e exigências previstas neste documento.

1.2. Justificativa para a contratação**1.2.1. Descrição da situação atual**

1.2.1.1. O Senado Federal utiliza, de forma contínua, soluções de BI – *Business Intelligence* – desde 1998. A primeira onda teve início com a criação do sistema Arquimedes 1.0, desenvolvido na plataforma MicroStrategy, posteriormente substituído pelo Arquimedes 2.0, na plataforma SAP BusinessObjects. Nesse período, foi criado, em parceria com a CONORF – Consultoria de Orçamentos do Senado Federal – o sistema SIGA Brasil, que disponibiliza diversos dados do orçamento da União, desde o ano 2000 até os dias atuais. Atualmente, tanto o Arquimedes quanto o SIGA Brasil são utilizados por todo o Senado Federal, por diversos órgãos parceiros e pela sociedade em geral. A plataforma permite a criação de relatórios (*query reports*) a partir de diversos *data marts* e *data warehouses* (DW), com centenas de usuários e relatórios ativos continuamente.

A segunda onda surgiu com o advento das novas tecnologias de *data discovery*, que se mostraram muito mais eficientes na visualização e descoberta da informação. Com a adoção dessa nova abordagem pelo Senado, surgiu o sistema Galileu, suportado pela plataforma QlikView.

A terceira onda surgiu com novas demandas das áreas clientes, o que motivou a adoção de uma plataforma analítica mais moderna, que permitisse a utilização de serviços baseados em *self-service* BI, sem limites de usuários, por núcleo (core), e com capacidade para atender a todos os usuários do Senado. Nesse sentido, foi adquirida, em 2021, a plataforma Qlik Sense Enterprise Edition, em licença perpétua por núcleo, sem limite de usuários.

Essas novas tecnologias, adquiridas em 2021 e complementares aos serviços anteriores de *query report*, elevaram significativamente a capacidade da organização de processar e interpretar seus dados. Em diversos projetos, os dados utilizados nos sistemas Galileu e Galileu 2.0 têm origem nos *data marts* e *data warehouses* (DW) criados para o Arquimedes e o SIGA Brasil, dado que o rigor na implementação desses bancos de dados garante produtos de alta qualidade e completude.

O ambiente de *query report*, peça fundamental para diversos processos internos, vem sendo suportado pela plataforma SAP BusinessObjects, por meio do Contrato CT 102/2021, com vigência





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

até 12/10/2025. Com o término do contrato, torna-se necessária a manutenção e atualização da plataforma, bem como a garantia da qualidade e da disponibilidade dos serviços para os usuários internos e externos.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.2.1. O quantitativo previsto no termo de referência para a contratação do objeto em tela é baseado na quantidade e tipo de licenças contratadas. O parque é composto por dois sistemas: BusinessObjects Web Intelligence (CPU), licenciado para 04 CPUs, sem limite de usuários; e SAP BusinessObjects Enterprise Professional for Query, Reporting, Analysis (CPU), também licenciado para 04 CPUs, sem limite de usuários.

1.2.2.2. O quantitativo previsto no termo de referência para a contratação do objeto em tela é aquele que, a partir de análise empreendida por este Órgão Técnico, reflete a necessidade da administração, considerando que os dados históricos de consumo de utilização indicam que esses dois sistemas contam com um total de 512 *data marts* e *data warehouses* (DW) servidos pela plataforma, distribuídos da seguinte forma:

SIGA Brasil – Relatórios:

- 202 universos (*datamarts*) – Pasta “Universos Gabinetes”
- 248 universos – Pasta “Universo Senado”
- 23 universos do sistema Lexor

Arquimedes:

- 39 universos

Há, atualmente, 2.327 usuários cadastrados, sendo 1.512 externos ao Senado, inscritos principalmente para acesso aos dados orçamentários via SIGA Brasil. Também existem usuários de outros órgãos que realizam pesquisas legislativas utilizando os universos do sistema LEGIS.

A plataforma abriga 39.500 relatórios desenvolvidos e atualizados sob demanda, com base nos 512 *datamarts* disponíveis. Segundo levantamentos preliminares, estima-se que outros 10.000 relatórios de usuários finais estejam armazenados localmente nas estações de trabalho ou na rede interna do Senado Federal.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

1.2.3.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo a manutenção e atualização da plataforma SAP BusinessObjects, bem como a garantia da qualidade e da disponibilidade dos serviços para os usuários internos e externos.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

Para essa finalidade, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação do objeto em tela é a que melhor atende à Administração, pois garante:

- **Evolução contínua da plataforma:** O SAP Business Objects recebe atualizações regulares, incluindo melhorias de desempenho, novas funcionalidades e correções de vulnerabilidades. Sem suporte, a plataforma rapidamente se tornaria obsoleta.
- **Segurança reforçada:** As atualizações de segurança são essenciais para a proteção de dados institucionais sensíveis. A ausência de suporte expõe o ambiente a riscos de ataques cibernéticos.
- **Maior eficiência operacional:** O suporte técnico reduz o tempo de resolução de problemas, evitando retrabalho e sobrecarga da equipe interna.
- **Adoção de novas tecnologias:** Com a rápida evolução da Inteligência Artificial aplicada ao BI, manter o suporte atualizado garante acesso a funcionalidades avançadas, inclusive recursos de IA que estão sendo integrados continuamente à plataforma.
- **Confiabilidade na tomada de decisões:** A manutenção da plataforma atualizada e funcional assegura que as análises e os relatórios utilizados pelos gestores sejam sempre precisos e confiáveis.

Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que, para a prestação dos serviços de suporte técnico, caso o licitante não seja o próprio fabricante do software, deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, termo de parceria ou documento equivalente, emitido pela SAP Brasil ou pela própria SAP, autorizando-o a prestar os serviços objeto da contratação.

Ressalte-se que a exigência do termo de parceria, emitido pela SAP Brasil ou pela própria SAP, revela-se suficiente e adequada para resguardar a Administração, porquanto apenas parceiros oficiais detêm acesso às atualizações, aos downloads autorizados e à abertura de chamados de segundo nível junto ao fabricante. Assim, a comprovação dessa parceria garante a capacidade técnica necessária à plena execução contratual, mostrando-se desnecessária a imposição de responsabilidade solidária ao fabricante, medida que poderia restringir de forma indevida a competitividade do certame.

Após a assinatura do contrato, o fornecedor deverá apresentar as certificações dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços de suporte técnico. Além desses requisitos, a escolha da solução final para os serviços de suporte deverá preservar o investimento já realizado, garantindo a continuidade de tudo o que foi desenvolvido até o momento em termos de produtos disponibilizados aos usuários. Isso inclui a manutenção dos códigos de transformação e extração elaborados de forma sustentável e perene, assegurando a integridade e a continuidade do ecossistema analítico da organização.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.4.1. Contratos / Atas de Registro de Preço (ARP) que serão substituídas com a contratação:

Nº Contrato / ARP	Objeto	Término da vigência
102/2021	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico <i>SAP Enterprise Support</i> via cobertura remota 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) com garantia de updates e upgrades para o ambiente SAP BusinessObjects Enterprise do Senado Federal durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	12/10/2025

1.2.5. Consolidação de riscos relacionados a não contratação do objeto

1.2.5.1. Riscos de Segurança da Informação

- Ausência de atualizações (*updates*) e melhorias (*upgrades*) expõe a plataforma a vulnerabilidades críticas.
- Maior risco de ataques cibernéticos, comprometendo a confidencialidade e integridade de dados estratégicos.
- Possível descumprimento da LGPD e de normas internas de segurança da informação, com repercussões legais e reputacionais.

Ações de tratamento e monitoramento: exigir do fornecedor a aplicação tempestiva de correções de segurança, monitorar chamados técnicos por meio do IMR e realizar auditorias periódicas de conformidade.

1.2.5.2. Riscos Operacionais e de Continuidade

- Interrupção dos serviços de *query report* utilizados por milhares de usuários internos e externos, afetando diretamente o Arquimedes e o SIGA Brasil.
- Indisponibilidade ou degradação da plataforma, impactando relatórios críticos de orçamento e gestão legislativa.
- Impossibilidade de aplicar correções em casos de incompatibilidades com sistemas correlatos (bancos de dados, Active Directory, infraestrutura de rede).





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

Ações de tratamento e monitoramento: manter cláusulas contratuais que preveem níveis de serviço rígidos, aplicar glosas financeiras em caso de descumprimento e exigir plano de continuidade de serviços.

1.2.5.3. Riscos de Qualidade da Informação e Tomada de Decisão

- Erros e falhas nos relatórios não corrigidos podem comprometer a consistência e confiabilidade das análises.
- Tomadas de decisão estratégicas ficam sujeitas a informações incompletas ou incorretas.
- Perda de eficiência nos processos de auditoria, fiscalização orçamentária e transparência pública.

Ações de tratamento e monitoramento: utilização do IMR para avaliar a qualidade das entregas, aplicação de penalidades quando relatórios forem comprometidos e realização de revisões periódicas dos relatórios críticos.

1.2.5.4. Riscos de Perda de Investimentos e Aumento de Custos

- Obsolescência dos investimentos já realizados no ambiente SAP Business Objects, estimados em milhões de reais.
- Necessidade de substituição da plataforma por outra solução, com custos elevados de aquisição e migração, além de prazos longos para implantação.
- Aumento de custos operacionais caso se tente manter o ambiente apenas com equipe interna, sem suporte do fabricante.

Ações de tratamento e monitoramento: preservação do investimento por meio da continuidade contratual, acompanhamento de reajustes com base em índices oficiais (ICTI/INPC) e análise periódica de custo-benefício.

1.2.5.5. Riscos Estratégicos e Institucionais

- Comprometimento da transparência pública, com interrupção do acesso a relatórios e portais estratégicos (SIGA Brasil, relatórios legislativos, painéis analíticos).
- Resistência dos usuários internos e externos diante da queda na qualidade ou indisponibilidade do serviço.
- Redução da credibilidade institucional do Senado Federal no uso de inteligência de dados e inovação analítica.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Produsen

Ações de tratamento e monitoramento: definição de indicadores de desempenho alinhados aos objetivos estratégicos do Senado e monitoramento contínuo da disponibilidade dos serviços prestados.

1.2.5.6. Riscos de Capacitação e Gestão do Conhecimento

- Sem acesso a suporte especializado, a curva de aprendizado da equipe interna é reduzida.
- Perda de boas práticas de mercado aplicáveis à manutenção e evolução do SAP Business Objects.
- Maior dependência de soluções improvisadas, aumentando riscos de inconsistência e fragilidade operacional.

Ações de tratamento e monitoramento: exigir a comprovação de certificações técnicas dos profissionais da contratada, promover transferência de conhecimento durante a execução contratual e realizar reuniões periódicas de acompanhamento.

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Será adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.3.2. Essa opção justifica-se pelo fato de o objeto possuir demanda detalhada e previsível. Os valores são anuais e definidos, na indústria de software, como um percentual em relação ao preço das licenças. A contratação define a liberação dos meios de acesso ao suporte técnico, independente do uso ou não por parte do Senado Federal.

2.4. Critério de julgamento da contratação





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

2.4.1. Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1.1. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Será adotado o critério de adjudicação “global”, em razão de fatores técnicos e econômicos que justificam o agrupamento dos itens em um único lote.

2.5.2. Critérios técnicos: As licenças de software integram uma única instalação, caracterizada por sua total interdependência e integração, exigindo, portanto, manutenção e atualização conjuntas.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Não será admitida subcontratação do objeto.

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.8.2. A não aplicação do tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 decorre do fato de que o valor estimado da contratação, conforme o **Anexo II**, é da ordem de R\$ 1.102.698,00 para 24 meses, valor que ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00 previsto para licitações exclusivas ou reserva de cota destinadas a ME/EPP.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

2.9. Direito de preferência

2.9.1. Não se aplica o direito de preferência previsto no art. 3º da Lei nº 8.248/1991 e no Decreto nº 7.174/2010, uma vez que o objeto da contratação se refere à prestação de serviços de suporte técnico e licenciamento de software estrangeiro (SAP Business Objects), não caracterizando aquisição de bens ou serviços de informática e automação desenvolvidos ou fabricados no país, nos termos da legislação vigente.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Capacidade Técnica

3.1.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

3.1.2. Considerando a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 1.567/2018 – Plenário e nº 2.914/2013 – Plenário), serão admitidos atestados que comprovem a execução de serviços com características técnicas e operacionais semelhantes às do objeto desta contratação, e não necessariamente idênticas, desde que compatíveis em complexidade, porte e relevância com o escopo previsto no **Anexo I**. A adoção desse critério visa preservar a competitividade do certame, evitando restrições indevidas, sem comprometer a segurança técnica e a qualidade da execução contratual, assegurando que a experiência apresentada seja suficiente para demonstrar a capacidade da licitante de desempenhar, com êxito, as atividades contratadas.

3.1.2.1. Portanto, deverá a licitante apresentar:

3.1.2.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, por período não inferior a 12 (doze) meses consecutivos, serviços de suporte técnico para, no mínimo, 1 (uma) licença de qualquer software da plataforma SAP BusinessObjects.

3.1.2.1.2. Em termos de especificação, considera-se compatível a solução que ofereça suporte técnico, incluindo atualizações (*updates*) e melhorias (*upgrades*) da plataforma SAP BusinessObjects, não necessariamente com as exatas especificações contidas no **Anexo I** deste Termo de Referência.

3.1.2.1.3. Para a comprovação do lapso temporal estabelecido no **subitem 3.1.2.1.1** (12 meses) será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a períodos consecutivos e não concomitantes.

3.1.2.1.4. Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

3.1.3. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial uma vez que não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

3.1.4. As exigências de qualificação técnica estabelecidas neste Termo de Referência são razoáveis, proporcionais e diretamente vinculadas à natureza do objeto, em conformidade com o art. 18, inciso IX da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 8º, §5º do Anexo III do ADG nº 14/2022, cujos dispositivos exigem que tais exigências estejam devidamente justificadas em razão da complexidade, especialização e riscos da contratação.

3.1.4.1. No que se refere à dimensão qualitativa, a exigência de que os atestados de capacidade técnica comprovem a prestação de serviços de suporte técnico a, no mínimo, uma licença de software da plataforma SAP BusinessObjects visa assegurar que a licitante possui experiência prévia efetiva e específica com a tecnologia objeto da contratação. Trata-se de uma solução que possui arquitetura, mecanismos de segurança, particularidades de instalação, integração com diretórios e governança de dados bastante específicos, sendo imprescindível que a contratada detenha domínio prévio dessas características técnicas. A exigência de identidade com o objeto da contratação, ainda que não idêntica ao escopo detalhado no **Anexo I**, é necessária para garantir a qualidade da execução contratual, reduzir riscos operacionais e assegurar resposta técnica adequada às demandas da contratante.

3.1.4.2. Quanto à dimensão temporal, o período mínimo de 12 (doze) meses consecutivos de prestação de serviço exigido nos atestados busca atestar a capacidade da empresa em manter suporte técnico de forma contínua e estável, o que é essencial para contratos que envolvem atendimento recorrente, sustentação técnica e resolução de problemas em ambiente de produção. Esse intervalo reflete a necessidade de que a licitante tenha experiência consolidada ao longo de um ciclo contratual completo, e não apenas atuação pontual ou episódica. O critério também contribui para a aferição da maturidade técnica e operacional da empresa licitante.

3.1.4.3. A possibilidade de apresentação de mais de um atestado para comprovação do período exigido, desde que referentes a períodos consecutivos e não concomitantes, reforça o caráter inclusivo e razoável da exigência, sem prejuízo da finalidade de aferição da qualificação técnica.

3.1.5. Qualificação econômico-financeira

3.1.5.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.1.5.2. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

a.2.2) Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

a.2.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

3.1.5.3. As exigências de qualificação econômico-financeira acima são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, atendem o disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021 e, ainda, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa previstas no art. 70, III, da Lei 14.133/2021.

3.2. Necessidade de apresentação de amostras

3.2.1. O procedimento de apresentação de amostras por parte da licitante vencedora não se aplica ao objeto desta contratação.

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de contrato, tendo em vista que a contratação objetiva prestação de serviço continuado, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/21.

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1.1. Adoção do prazo de vigência acima de 12 meses é relevante para visibilidade dos projetos e produtos de longo prazo e conforme a visibilidade do Plano diretor de Tecnologia do Senado Federal (PDTI), que também projeta 24 meses.

4.2.2. Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

4.2.3. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

5. Modelo de gestão





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

Gestor do Contrato	NGCTI –Núcleo de Gestão de Contratos de TI
Fiscais Técnicos	Titular: Diogo de Santana Candido – Mat. 420600 Substituto: José Geraldo Rodrigues Campos Lopes – Mat. 226340

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará pelos seguintes meios:

5.2.2. Endereços eletrônicos da comissão ou servidores definidos em contrato para serem gestores e fiscais, conforme o caso.

- a) Gestores: NGCTI <ngcti@senado.leg.br>;
- b) Fiscal: Diogo de Santana Candido <diogo.candido@senado.leg.br>
- c) Fiscal: José Geraldo Rodrigues Campos Lopes <jgcampos@senado.leg.br>;

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para encaminhar ao Senado Federal, conforme **item 5.2**, os meios para acesso da equipe técnica do Senado Federal/Prodasen aos serviços de suporte técnico, compreendendo Telefone de Acesso e/ou Link de Portal de Internet, usuário e senhas e demais formas de acesso para abertura e acompanhamento de chamados técnicos, cumprindo os níveis de serviço definidos, bem como o acesso para download dos pacotes de novas versões (upgrade) e correções (update) dos softwares constantes desse instrumento, bem como acesso à comunidade de usuários e banco de problema e soluções.

6.2. O prazo estabelecido no **item 6.1** não implica em qualquer alteração nos valores ou nas parcelas mensais referentes ao pagamento do suporte, conforme descrito nos **itens 12.1 e 12.2**, os quais permanecem fixos e divididos em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais.

7. Obrigações da Contratada

7.1. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. Manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.1.2. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

7.1.3. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

7.1.4. Manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

7.1.5. Manter preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário.

7.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

7.1.7. Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.8. Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;

7.1.9. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.

7.1.10. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

7.1.11. Manter acesso via Internet ao sistema ou base de dados com histórico de problemas, dicas de soluções, dicas de administração, manuais dos produtos e downloads de novas versões (upgrade) e atualizações (update).

7.1.12. Comunicar formalmente ao Senado o telefone de acesso, e-mail e endereço do portal de Internet por intermédio dos quais o Senado terá acesso ao serviço de suporte remoto, bem como as senhas de acesso ou quaisquer outros códigos e/ou certificados digitais necessários ao acesso dos meios relacionados.

7.1.13. Manter os canais de acesso para abertura e acompanhamento de chamado disponíveis e acessíveis, no mínimo, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, de 7h (sete horas) às 19h (dezenove horas), manter acesso aos downloads e consultas 24x7.

7.1.14. Manter os chamados e suas ocorrências em registro próprio.

7.1.15. Manter sigilo das atividades, funcionalidades, dados, projetos e senhas que porventura tenham acesso durante suas atividades no Senado Federal, presencialmente ou remotamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

7.1.16. Utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, equipamentos, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade do serviço e o atendimento às especificações contidas na Proposta Comercial, no Contrato e seus Anexos.

7.1.17. Comunicar formal e imediatamente à Fiscalização e Gestão do Contrato todas as ocorrências anormais ou de comprometimento da execução do serviço contratado.

7.1.18. Cadastrar, junto à Gestão do Contrato, os servidores que porventura atuem nas dependências do Senado, seguindo as determinações da Gestão do Contrato e da Polícia do Senado com relação aos documentos e ações de identificação de acesso e confecção de crachá, conforme a necessidade.

7.1.19. Comunicar à Fiscalização e Gestão do Contrato o desligamento ou afastamento de qualquer de seus colaboradores cadastrados e devolver o crachá do Senado, se emitido. No caso de extravio do crachá o preposto deve formalizar Boletim de Ocorrência junto à Polícia do Senado Federal.

7.1.20. Para a prestação dos serviços de suporte técnico, caso a CONTRATADA não seja o próprio fabricante do software, deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, termo de parceria ou documento equivalente, emitido pela SAP Brasil ou pela própria SAP, autorizando-a a prestar os serviços objeto da contratação.

7.1.21. A CONTRATADA deverá apresentar as certificações dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços de suporte técnico.

7.2. Obrigações do contratante

7.2.1. O CONTRATANTE, como executor das atividades e responsável pela sua infraestrutura de hardware e software deverá:

7.2.1.1. Aplicar as soluções dos problemas apontados via chamado técnico ou identificadas no histórico de chamado.

7.2.1.2. Aplicar as atualizações de versão, observando ainda o **item 8.5**.

7.2.1.3. Registrar os chamados técnicos de forma a melhor subsidiar os técnicos da CONTRATADA.

7.2.1.4. Em caso de falha ou chamado técnico, executar os procedimentos e testes conforme solicitado pelos técnicos da CONTRATADA a fim de subsidiar a análise do problema e consequentemente a sua solução, bem como passar informações dos LOGS dos produtos quando necessário.

7.2.1.5. Exercer a gestão do ambiente operacional dentro das melhores práticas e uso corrente de gestão de infraestrutura de TI.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

7.2.1.6. Comunicar ao preposto qualquer ocorrência técnica que possa afetar o funcionamento da solução, tais como mudanças de ambiente operacional ou recursos computacionais exigidos pela plataforma de software objeto do suporte técnico.

7.2.1.7. Executar demais procedimentos de fiscalização e gestão contratual conforme normas vigentes e procedimentos do Senado Federal.

8. Regime de execução

8.1. A Contratada executará os serviços de suporte técnico, compreendendo fornecer o acesso da equipe técnica do Senado Federal/Prodaseen ao suporte remoto acionado via Internet ou telefone para abertura e acompanhamento de chamados técnicos, cumprindo os níveis de serviço definidos, bem como o acesso para download dos pacotes de novas versões (*upgrade*) e correções (*update*) dos softwares constantes desse instrumento, a contar da assinatura do contrato.

8.2. Os chamados técnicos de suporte serão abertos pelos analistas do PRODASEN.

8.3. A aplicação das soluções e configurações para correção de problemas em decorrência dos chamados técnicos de suporte são de responsabilidade dos analistas do PRODASEN conforme instruções da CONTRATADA.

8.4. A aplicação dos pacotes de novas versões (*upgrades*) e correções (*updates*) dos softwares constantes desse instrumento, disponibilizados pelo fabricante, será de responsabilidade dos analistas do PRODASEN.

8.5. Havendo possibilidade e conveniência de aplicação de pacotes e de soluções de problemas por parte de funcionário da CONTRATADA o mesmo será acompanhado de analistas do PRODASEN. Nesses casos serão sempre observadas as demais obrigações constantes desse instrumento e em especial os **itens 8.8 e 8.14**.

8.6. Durante a vigência do contrato e seus aditivos, todas as versões subsequentes dos produtos suportados por essa contratação deverão ser disponibilizadas ao Senado independentemente de mudanças de nomenclatura, empacotamento ou adição de novas funcionalidades.

8.7. Os serviços contratados deverão estar disponíveis e acessível, 24 X 7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana). Em casos excepcionais, também deverá ser possível contatar a CONTRATADA por telefone.

8.8. O fornecimento de atualizações de versão, durante a vigência do contrato, será feito sem qualquer custo adicional.

8.9. O processo de atendimento se inicia a partir dos técnicos do Senado Federal/Prodaseen com a





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

criação de um chamado técnico (mensagem de suporte) para o atendimento remoto de problemas encontrados ou nas dúvidas de administração dos produtos instalados. Tais chamados são feitos sempre pela equipe técnica do Senado Federal/Prodasen devidamente registrada junto à CONTRATADA.

8.10. O registro e acompanhamento de solicitações deve ser feito por meio de acesso a portal de Internet com senha ou por telefone, ambos disponibilizados pela CONTRATADA. Os chamados técnicos devem ser enquadrados e tratados de acordo com os instrumentos de medição de resultados conforme definido no Anexo III.

8.11. A disponibilização de novas versões (upgrades) e correções (updates) dos softwares deverá ser feita no portal de Internet da CONTRATADA ou do representante do fabricante do produto, SAP Brasil Comercialização de Software LTDA ou da Própria SAP, fabricante dos produtos.

8.12. Os serviços não se caracterizam como presenciais, podendo os chamados ser atendidos por qualquer técnico em qualquer dos pontos de atendimento da CONTRATADA ou do FABRICANTE, no Brasil ou no exterior.

8.13. Não se exclui a possibilidade de atendimento presencial, para solução direta ou acompanhamento. Entretanto, não haverá qualquer ônus adicional de qualquer natureza para o CONTRATANTE para os casos de atendimento presencial.

8.14. No caso de atendimento presencial o mesmo será realizado nas dependências da Secretaria de Tecnologia da Informação – Prodasen, na Av. N2 Anexo C do Senado Federal, Brasília – DF.

8.15. Para a prestação dos serviços de suporte técnico, caso a CONTRATADA não seja o próprio fabricante do software, deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, termo de parceria ou documento equivalente, emitido pela SAP Brasil ou pela própria SAP, autorizando-a a prestar os serviços objeto da contratação.

8.16. A CONTRATADA deverá apresentar as certificações dos profissionais que atuarão na prestação dos serviços de suporte técnico.

9. Condições de recebimento do objeto

9.1. Efetivada a prestação do serviço inicial de fornecer os meios de acessos para abertura de chamados, **item 6.1** o objeto será recebido:

9.1.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

9.1.2. definitivamente, pelo NGCTI - Núcleo de Gestão e Apoio às Contratações de TI, ou por servidor ou comissão designada para esse fim, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório.

9.1.2.1. Efetivada a prestação dos serviços, será emitido, mensalmente, por servidor ou comissão designada para este fim, até o 5º dia útil subsequente ao período de 30 (trinta) dias de serviços prestados, termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1. Decorrido o prazo previsto para o início do contrato com a liberação dos meios de acesso, **item 6.1**, decorrente deste Termo de Referência, sem que a Contratada dê início à prestação do objeto, conforme os prazos estabelecidos neste TR, será aplicada a multa, tendo como base de cálculo o valor anual do contrato:

10.1.1. 2% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

10.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

10.2. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto no item 10.1 a critério do Senado, o contrato decorrente deste TR poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

10.3. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR

11.1. A Contratada deverá prestar os serviços definidos neste Termo de Referência de acordo com os prazos, condições e níveis de serviço estabelecidos no Anexo III – Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para a solução de problemas reportados pelo Senado, estando sujeita a glosas no pagamento em caso de descumprimento.

11.1.1. No caso de descumprimento dos prazos previstos os percentuais serão somados e acumulados para serem glosados na parcela mensal:

11.1.1.1. Glosa Mensal Total = \sum (QTDE Ocorrências X % Glosa da Ocorrência).

11.1.1.2. Caso haja descumprimento no mês o fiscal deverá registrar em relatório específico contendo: Detalhes dos chamados, gravidade, data e hora de abertura, data e hora do





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

encaminhamento da solução, demais ocorrências pertinentes, percentual de glosa por chamado e percentual total de glosas do mês.

11.1.1.3. O limite máximo de glosa em virtude descumprimento do IMR será de 30% (Trinta por cento) da parcela mensal.

11.1.1.4. O apontamento de ocorrências será feito pelo fiscal no termo de aceite mensal previsto no **item 12.2.**

11.1.1.5. Quando não houver ocorrência de descumprimento do IMR, o fiscal comunicará apenas que não há ocorrências de descumprimento no período, portando o pagamento da parcela será integral.

12. Forma de pagamento

12.1. O valor deve ser dividido em prestações mensais no valor de 1/24 (um vinte e quatro avos) do valor do contrato. O pagamento efetuar-se-á mensalmente por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo circunstanciado de aceite mensal.

12.2. Mensalmente, no termo circunstanciado de aceite mensal, o fiscal do contrato atestará a parcela indicando se houve ou não ocorrências relativas aos IMR – Instrumento de Medição de Resultados, conforme **item 11.**

13. Condições de reajuste

13.1. O preço poderá ser reajustado a cada período de 12 meses a partir da data de celebração do ajuste.

13.2. O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e mede a evolução dos custos associados à Tecnologia da Informação (TI), na falta deste utilizar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC).

14. Garantia contratual

14.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois consoante previsto no inciso II do § 2º do art. 18, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato é pouco significativa.

14.2. Considerando que os pagamentos decorrentes do contrato serão realizados mensalmente e apenas após a efetiva prestação dos serviços, bem como a existência de mecanismos de controle e indução ao cumprimento das obrigações contratuais — tais como glosas financeiras por descumprimento do nível





SENADO FEDERAL

Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

de serviço, aplicação de penalidades administrativas e possibilidade de rescisão do ajuste — entende-se que a exigência da garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 não se revela necessária. Ademais, mesmo a adoção do percentual máximo legal de 5% sobre o valor global do contrato não teria eficácia prática para resguardar a Administração em caso de inexecução total, por equivaler a aproximadamente um mês de prestação, período manifestamente insuficiente para assegurar a continuidade do serviço até a conclusão de nova licitação. Nesse contexto, e em conformidade com o disposto no inciso II do §2º do art. 18 do Anexo III do ADG nº 14/2022, conclui-se que a não exigência de garantia contratual mostra-se medida proporcional e adequada, evitando onerar a contratação sem benefício efetivo à Administração.

15. Plano de contratações

15.1. O número no Plano de Contratações é 20250280.

15.2. Descrição: Suporte ao SAP Business Objects – Arquimedes.

15.3. Data-limite: 31/05/2025.

16. Responsável pela elaboração do Termo de Referência

(Assinado eletronicamente)

Diogo de Santana Candido

Analista de Tecnologia da Informação

(Assinado eletronicamente)

José Geraldo Rodrigues Campos Lopes

Analista de Tecnologia da Informação

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Ricardo Cavalcanti de Oliveira Amorim

Coordenação de Soluções de Tecnologia da Informação Corporativa

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Edval Gonçalves Vieira

Coordenação de Soluções de Tecnologia da Informação Corporativa





SENADO FEDERAL
Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

De acordo.

(Assinado eletronicamente)
Ana Valeria Araújo De Assis Monção
Gestor do Núcleo de Gestão de Contratos de TI

De acordo.

(Assinado eletronicamente)
Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação Prodasen

Brasília, em 15/09/2025

